

“Dá licença que eu quero falar!”

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS SOBRE A
ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS/AS**

*Jessica Kelly Felix Gomes
Luciana Marcelino Paiva
Michelly Matias Miranda
Noêmia Soares Barbosa Leal
Quézia Vila Flor Furtado*
Organizadores

ideia

*“Dá licença que eu quero falar!”
Relatos de experiências de profissionais sobre a escolarização de crianças e adolescentes acolhidos/as, se apresenta com falas de profissionais que atuam em três casas de acolhimento no município de João Pessoa, sendo três educadores/as, duas psicólogas, três assistentes sociais, três pedagogos/as e três coordenadores/as. Profissionais que compartilharam, a partir de seu lugar de fala, a sua percepção sobre o processo de escolarização das crianças e adolescentes residentes, e aspectos no entorno do percurso formativo educacional.*

Nosso objetivo é que estas vozes apontem situações, aspectos que precisam de maior atenção do poder público, na promoção de espaços significativos ao processo educacional, bem como potencializar a formação inicial e continuada destes profissionais, os quais são essenciais no acolhimento das crianças e adolescentes aos espaços institucionais.

Sigamos então, na luta pelo direito à educação, conduzindo para um país mais justo e solidário.

PROFESSORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PEB
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU

FNDE
Fundo Nacional
de Desenvolvimento
da Educação



ISBN 978-65-5608-375-9



9 786556 083759

“Dá licença, que eu quero falar!”

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS SOBRE
A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ACOLHIDOS/AS

Jessica Kelly Felix Gomes
Luciana Marcelino Paiva
Michelly Matias Miranda
Noêmia Soares Barbosa Leal
Quézia Vila Flor Furtado
Organizadoras

“Dá licença, que eu quero falar!”

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS SOBRE
A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ACOLHIDOS/AS

Ideia - João Pessoa - 2023

Todos os direitos dos organizadores.
A responsabilidade sobre os textos são dos respectivos autores.

APOIO / FINANCIAMENTO
PET/UFPB/FNDE

Editoração: Magno Nicolau
Revisão: Cristiane Marinho da Costa
Capa: Quézia Vila Flor Furtado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D111 "Dá licença, que eu quero falar!": Relatos de experiências de profissionais sobre a escolarização de crianças e adolescentes acolhidos/as /. Jessica Kelly Felix Gomes, Luciana Marcelino Paiva, Michelly Matias Miranda, Noêmia Soares Barbosa Leal, Quézia Vila Flor Furtado, organizadoras. -- João Pessoa: Ideia, 2023.
47p.

ISBN 978-65-5608-375-9

1. Casas de acolhimento – João Pessoa - Paraíba. 2. Protagonismo juvenil. 3. Extensão universitária. 4. Assistência social. I. Gomes, Jessica Kelly Felix. II. Paiva, Luciana Marcelino. III. Miranda, Michelly Matias. IV. Leal, Noêmia Soares Barbosa. V. Furtado, Quézia Vila Flor.

CDU 364-3

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Gilvanedja Mendes, CRB 15/810


ideia
EDITORA

www.ideiaeditora.com.br
contato@ideiaeditora.com.br

Impresso no Brasil – Feito o Depósito Legal

Sumário

Prefácio, 7

Apresentação, 13

1

COM A FALA, OS/AS EDUCADORES/AS, 17

2

COM A FALA, AS PSICÓLOGAS, 21

3

COM A FALA, AS ASSISTENTES SOCIAIS, 29

4

COM A FALA, OS/AS PEDAGOGOS/AS, 33

5

COM A FALA, OS/AS COORDENADORES/AS, 39

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 47

Prefácio

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais do que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro"

Leonardo Boff¹

É com imensa alegria que recebo o convite para prefiar este livro, o qual apresenta múltiplas "revelações" através da "experiVivências" narradas pelos profissionais que laboram nas casas de acolhimento e partilham a caminhada de luta e resistência junto aos integrantes dos projetos: Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para Autonomia - LEHIA e Diálogo e Intervenção na Mediação Pedagógica da Escola que atende adolescentes residentes em casas de acolhimento - DIMPECARCA.

Neste diálogo introdutório, coloco-me como uma "leitora-aprendiz" que ao ler, escutar, experimentar e vivenciar as ações e sensações dos projetos LEHIA e DIMPECARCA, sente o ESPERANÇAR na construção do "viável histórico²" se espalhando pelos "poros". Trata-se de estratégias possíveis para superar as injustiças sociais presentes na vida dos meninos e meninas das casas de acolhimento

¹ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano - compaixão pela terra. 15ª Ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.

² Expressão utilizada pelo professor Paulo Freire em Cartas a Guiné Bissau.

através do processo educativo. E quando aqui menciono o processo educativo, falo no sentido de uma educação humana/humanizadora, solidária e crítica. Uma educação ética, estética e comprometida com a vida. Uma educação pautada na dignidade humana.

Em primeiro lugar, é impossível não fazer referência aos profissionais que trabalham nas casas, reconhecendo o quanto são essenciais nesse processo. Eles são como os versos de Cora Coralina: *“Ensinou a amar a vida. Não desistir da luta. Recomeçar na derrota. Renunciar a palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos. Ser otimista”*.

É importante destacar também a perseverança das coordenadoras, a Prof.^a Quézia Vila Flor Furtado e a Prof.^a Maria da Conceição Gomes de Miranda, as quais nunca aceitaram os diversos “nãos” como resposta durante o percurso do programa, ao contrário, insistiram, investiram e não desistiram. Foram muitos desafios, desencontros, incertezas, mas, acima de tudo, conquistas, encontros, aprendizados, afetos e muitos resultados. E se fosse necessário gritar: *O rei está nu!*³ Elas assim faziam e fazem.

Embora a educação seja um direito humano fundamental previsto em nosso ordenamento jurídico, sobretudo, na Constituição Federal (1988) e na Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, há, de fato, um abismo que separa o “real” do “ideal”, o que deve “ser” e o que verdadeiramente “é”, o “formal/legal” do “material”. Principalmente, no que diz respeito às crianças e aos adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social, que é o caso do público que chega às instituições de acolhimento. Por isso, penso que estes profissionais são como

³ Referência ao texto *A Roupas Nova do Rei*. Conto de fadas de autoria do dinamarquês Hans Cristian Andersen.

pontes que contribuem para a superação do abismo e da travessia da desumanização.

Alegro-me em saber que a mediação pedagógica, o diálogo com outras instituições, a formação docente realizada nas escolas e o Acompanhamento Pedagógico Personalizado das crianças e adolescentes nas casas de acolhimento pelos estudantes de graduação da extensão universitária são reveladas e reveladoras nas histórias contadas como ações exitosas e que geram resultados reais. Se, hoje, há especialistas⁴ partilhando a “experiVivências” nesta obra, é porque a caminhada de luta e resistência já ofereceu resultado. A transformação já está em curso.

O que mais atentamos nas falas dessas profissionais é a “eutanásia” do **direito de sonhar das crianças e dos adolescentes, quando chegam às casas de acolhimento**. Assim, inicia-se uma empreitada árdua desses profissionais para entender a realidade pungente de cada um/uma e a missão de fazê-los acreditar que é possível voltar a sonhar, amar, aprender e a viver.

O fracasso escolar, a desistência, a sensação de abandono, a falta de documentos importantes, os sentimentos como medo e vergonha, a falta de estrutura física das instituições, a caminhada por diversos espaços de rejeição estão cristalinas nas narrativas apresentadas. Tal realidade me leva a refletir o quanto é importante os programas da Universidade Federal da Paraíba como pílulas de “sonhos possíveis” na construção de um mundo menos injusto e desigual. Programas que chegam lá no chão desses espaços e mudam a realidade excludente. Mudam histórias! Mudam vidas!

Há outro ponto que também observamos nas narrativas que é a culpabilização das famílias e a ausência de

⁴ Pedagogas, psicólogas, assistentes sociais, coordenadoras e educadoras.

culpa dos entes públicos em relação à situação desumanizante das crianças e dos adolescentes. Fico a ponderar onde estavam, por exemplo, a rede de apoio das crianças e adolescentes, quando uma das narrativas revela que um adolescente de 16 anos passou a estudar pela primeira vez ao chegar à casa de acolhimento? Rizzini e Pilotti⁵ apontam que a desqualificação das famílias como culpadas e incapazes de cuidar de seus filhos são práticas antigas e esse mito gerado em torno das famílias pobres, legitimou a violência do Estado, mesmo diante das políticas de proteção.

Obviamente, não é minha intenção isentar as famílias de suas responsabilidades. No entanto, de acordo com o artigo 4º do ECA, é dever não só da família, como também da **comunidade**, da **sociedade** em geral e do **poder público** assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos desses sujeitos e sujeitas. Há, portanto, diversas ausências no contexto político, histórico e social que demonstram o abandono das crianças e adolescentes do Brasil. Por isso, gosto de analisar como Freire⁶ quando diz que *“o caminho, pois, para superar nossas fraquezas está em não as esconder, mas em discuti-las em função do concreto onde elas se expressam”*.

Este livro é um convite a aprofundar e conhecer a realidade das crianças e dos adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional. Ele descortina os reais motivos que levam os/as estudantes a desacreditar na escola. Revela o processo de desumanização desses sujeitos e sujeitas e o abandono cruel de quem deveria cui-

⁵ RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

⁶ FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

dar, proteger e educar. Ao mesmo tempo em que aponta alternativa e possibilidade de superação do descuido, do descaso, do fracasso, do medo através de práticas comprometidas com a humanização.

Parabéns para os profissionais que, diariamente, sonham junto e incentivam a sonhar livremente. Parabéns para toda a equipe dos projetos LEHIA e DIMPECARCA que acreditam no poder da transformação social através do processo educativo. Parabéns para quem ousa a ler este livro, assumindo o compromisso coletivo na construção de um mundo melhor e combatendo às formas de exclusão social. E como diz Paulo Freire⁷: *O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em “coisas”*.

Prof.a Kadydja Menezes da Rocha Barreto⁸

⁷ FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 a.

⁸ Professora e advogada com atuação na defesa dos direitos humanos. Mestre em direitos humanos, cidadania e políticas públicas pela UFPB.

Apresentação

Este livro é resultado dos vínculos que foram sendo construídos nos espaços das Casas de Acolhimento de João Pessoa desde 2016, através de programas da Universidade Federal da Paraíba, tais como o Programa de Educação Tutorial - PET/ Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, o Programa de Licenciatura – PROLICEN e o Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX, com os projetos Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para Autonomia – LEHIA e Diálogo e Intervenção na Mediação Pedagógica da Escola que atende adolescentes residentes em casas de acolhimento - DIMPE-CARCA, coordenados pelas Prof.^a Quézia Vila Flor Furtado e Prof.^a Maria da Conceição Gomes de Miranda.

Em 2020, publicamos *“Dá licença que eu quero falar!” Experiências escolares de adolescentes em instituições de acolhimento*, no qual trouxemos relatos de adolescentes acolhidos/as acerca de suas percepções sobre o próprio processo de escolarização. E agora, ampliamos o olhar para conhecer a percepção dos profissionais que trabalham no contexto dos serviços de acolhimento.

“Dá licença que eu quero falar!” Relatos de experiências de profissionais sobre a escolarização de crianças e adolescentes acolhidos/as, se apresenta com falas de profissionais que atuam em três casas de acolhimento no município de João Pessoa, sendo três educadores/as, duas psicólogas, três assistentes sociais, três pedagogos/as e três coordenadores/as. Profissionais que compartilharam, a partir de seu lugar de fala, a sua percepção sobre o processo de es-

colarização das crianças e adolescentes residentes, e aspectos no entorno do percurso formativo educacional.

Não há intenção de problematizar, analisar e refletir suas falas, nem tão pouco seguirmos um rigor metodológico, mas abrimos espaço para que seus olhares, vivências e reflexões fossem disponíveis ao leitor/a na aproximação do contexto educacional destes sujeitos que chegam às casas de acolhimento, advindos de situações de vulnerabilidade social, em geral com histórias escolares mal sucedidas, com registros de abandono, evasão e situação de fracasso escolar.

Nosso objetivo é que estas vozes apontem situações, aspectos que precisam de maior atenção do poder público, na promoção de espaços significativos ao processo educacional, bem como potencializar a formação inicial e continuada destes profissionais, os quais são essenciais no acolhimento das crianças e adolescentes aos espaços institucionais.

Partimos da premissa da Escuta em Freire (1996, p. 135)¹:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. [...] Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos [...].”

Por esta escuta comprometida, estas falas vêm a contribuir com nossas reflexões no cuidado, na acolhida e respeito à todas as pessoas que residem e trabalham em Casas de Acolhimento.

¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Agradecemos a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHUC da Prefeitura Municipal de João Pessoa pela autorização e acesso a estes profissionais, e a eles/as mesmos pela disponibilidade em compartilhar suas percepções sobre a escolarização das crianças e adolescentes, neste cotidiano que demonstram dedicação e compromisso, mesmo com recursos, formação e estruturas ainda precárias.

Sigamos então, na luta pelo direito à educação, conduzindo para um país mais justo e solidário.

Prof.^a Tutora Quézia Vila Flor Furtado

1

COM A FALA, OS/AS EDUCADORES/AS

Somos educadores/as de algumas das casas de acolhimento do Município de João Pessoa/PB, com experiência que variam de 1 a 11 anos. No geral, nosso papel é cuidar dos/as acolhidos/as, no sentido de prepará-los para a vida adulta. Estes cuidados significa desde ensiná-los a tomar banho, trocar de roupa, prestar atenção ao horário, a postura de sentar, comer, se alimentar, até o cuidado com a aplicação de alguma medicação prescrita pelo médico que o/a acolhido/a esteja necessitando.

Na chegada do/da acolhido/da á Instituição, a depender de cada caso, o/a assistente social entra em ação com o auxílio do poder judiciário e do conselho tutelar, para providenciar alguns documentos referentes ao ano escolar para matriculá-los na escola.

Muitas vezes, a equipe enfrenta algumas dificuldades para conseguir matriculá-los na escola, pois geralmente ingressam quando o ano letivo já começou ou no final, ou quando há uma relação desproporcional entre o ano escolar e idade. Pode acontecer de não ter mais a vaga, mas nesse caso, por eles terem prioridade, a equipe consegue.

Antes dos/das acolhidos/das entrarem na casa de acolhimento pode ter acontecido alguma situação de reprovação, pois o que sabemos é que eles não acompanham a série, porém, não sabemos se realmente foi desistência

ou se foi reprovação. Já durante o período do acolhimento, em uma das casas, há informação de reprovação, mas na maioria não.

Como motivos de reprovação, desistência e abandono, podemos apontar que a falta de estrutura familiar contribui para que os/as meninos/as não frequentem a escola, ou não tenham acesso a ela, se sintam inferiores ou se tornem indisciplinados.

O desempenho escolar influencia em outras áreas do desenvolvimento, pois se os/as acolhidos/as encaminham-se bem na escola, a autoestima melhora, contudo, se desenvolverem mal, existe o sentimento de frustração, de comparação aos colegas, além de não ter a oportunidade de encontrar um bom emprego futuramente, de ter mais tranquilidade na vida.

Para nós, educadores e educadoras, quando a família não cuida, protege e não dá o suporte para o pleno desenvolvimento dos seus/as filhos/as, isso interfere no desempenho escolar, no comportamento em sala de aula, e no psicológico, por isso, o professor tem um papel importante de identificar isso. Ele deve se perguntar: Por que ele está desestabilizado nesse momento? O que está acontecendo que ele só chora? E dizer “eu vou saber porque a criança está dando tanto trabalho”, mas não dizer “aaah esse menino dá trabalho”. Infelizmente, que por eles estarem morando em casa de acolhimento já teve situação de preconceito na escola, por causa daquelas coisinhas de criança e que a direção da escola já quer mandar de volta para o acolhimento.

Com as experiências do cotidiano, observamos que o nível de conhecimento dos/das acolhidos/das não corresponde ao ano que estudam na escola. Alguns meninos e meninas chegam ao acolhimento institucional sem estarem

alfabetizados ou com dificuldade de leitura e escrita, então, eles são alfabetizados dentro das casas. Em algumas casas há o cantinho da leitura, já em outras não, e isso também atrapalha o aprendizado porque o espaço de estudo que existe é onde está todo mundo.

Notamos ainda que outra dificuldade encontrada no processo de aprendizagem é lidar com o novo, com a saída do seio familiar, o círculo novo de amigos e a falta de perspectiva em conseguir enxergar um futuro, por isso, são crianças e adolescentes que requerem uma maior atenção dos professores da escola e da Instituição. A equipe da casa de acolhimento tem acesso ao boletim de notas e ao histórico escolar dos/das acolhidos/das. Estes têm o apoio escolar da pedagoga da instituição e dos mediadores dos projetos Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para Autonomia – LEHIA e DIMPECARCA

O acompanhamento pedagógico por mediadores dos projetos LEHIA e DIMPECARCA tem contribuído para esse processo de aprendizagem, porque os acolhidos têm um mediador, eles se sentem incentivados em ter alguém que proporcionará um maior suporte, ter aquela horinha só exclusiva deles, e isso levanta a autoestima. Às vezes, o/a educador/a da casa de acolhimento não tem esse tempo para sentar com cada um, pois são muitos acolhidos e temos outras atividades como organizar a casa, receber as pessoas que chegam e cuidar da saúde deles, quando necessário.

Sobre concluir os estudos e ingressar no ensino superior, alguns acolhidos/acolhidas nos relatam que sim, outros afirmam que não, não demonstrando essa vontade ou desejo.

2

COM A FALA, AS PSICÓLOGAS

Somos duas psicólogas que atuam no acolhimento institucional em João Pessoa, ambas com cerca de 1 ano de atuação nessa área. Nossa função nas casas é mais voltada para a psicologia social, e buscamos realizar a escuta das crianças quando chegam no acolhimento, conhecendo um pouco de suas histórias e de suas famílias, mediante a realização de visitas domiciliares e busca ativa para investigar se a criança acolhida tem genitor/a próximo, como é a convivência e qual é o motivo do acolhimento.

Algumas destas crianças já vêm de outros parentes de família extensa, como avós e tios, então, avaliamos se existe a possibilidade de fortalecer esse vínculo, trabalhar essa família para estar recebendo a criança ou o adolescente, identificando as fragilidades e acionando as redes como Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Geralmente, quando as crianças ou adolescentes ingressam no acolhimento, já passaram por outros serviços de políticas públicas, e a partir disso, tentamos fortalecer esse vínculo, essa família.

Em relação à escolaridade e ano escolar, algumas crianças e adolescentes chegam ao acolhimento com os documentos, outros chegam sem estes documentos. Quando eles são transferidos de instituição de acolhimento, é mais fácil, pois já temos acesso aos documentos, por exemplo, transferência da escola, se tiver nota do bimestre que

os/as acolhidos/as estão cursando. No período da pandemia, muitos não estavam comparecendo a escola por conta do fechamento das unidades, mas a gente sempre tenta a transferência para um local mais próximo, perto da casa de acolhimento, por questão de logística mesmo, então, começamos a inseri-los no seio escolar novamente.

No sentido de matriculá-los nas escolas, não enfrentamos dificuldades, pelo menos nesse período em que estamos trabalhando. Mas, quando se tem dificuldade, se tem alguma coisa, a gente recorre à Secretaria de Educação, e tudo ocorre de maneira tranquila, porque eles são prioridade.

No geral, as escolas são acessíveis e parceiras, até quando estão com mais dificuldade em relação ao comportamento do aluno na escola, a questão da dificuldade nas matérias escolares, também tem muito a questão das crianças e adolescentes acolhidos não quererem ir para a escola porque tem vergonha, então a escola tenta trabalhar de outra forma para que eles se sintam mais à vontade. Além disso, as casas têm acesso ao boletim escolar dos/as acolhidos/as, têm os pedagogos/as que também auxiliam e o projeto LEHIA e DIMPECARCA da UFPB, com as mediações pedagógicas.

Ao nosso conhecimento, não sabemos de situações em que as crianças e adolescentes tenham sofrido preconceito por parte da escola, por serem de casas de acolhimento, porém, já escutamos relatos de uma criança dizendo que não queria ir para a escola porque os colegas tinham descoberto que ela morava em casa de acolhimento. Em situações como essa, procuramos dialogar e informar a escola, para que ela converse com os colegas de turma também.

Quanto as experiências de reprovação escolar, temos vivências diferentes nas casas de acolhimento. Há desde relatos de reprovação dos/as acolhidos/as, antes do acolhimento institucional, até a ausência de conhecimento desta situação. Todavia, em questão de aprovação, depois do acolhimento institucional, podemos afirmar que todos foram aprovados, durante o tempo em que estamos trabalhando nas casas.

Do mesmo modo, depois do acolhimento, não houve abandono ou desistência escolar, mas temos conhecimento de alguns casos antes do acolhimento, onde o/a aluno/a é apenas matriculado/a e não frequenta a escola, em alguns casos, a criança ou o adolescente fica sozinho em casa, ocorre o trabalho infantil, entre outras problemáticas.

Em sua maioria, o nível de conhecimento dos acolhidos é muito baixo e, infelizmente, não corresponde ao ano de estudo na escola. É comum não saber ler e escrever. Identificamos essa distorção assim que eles chegam na instituição, em que eles mesmo dizem: “tia, eu não consigo fazer a tarefa”, “eu não sei ler, eu não entendo”, de modo que muitos aprendem a ler dentro da instituição. Inclusive, a distorção é o principal desafio de escolarização enfrentado pelos acolhidos, junto com a dificuldade na leitura e interpretação.

Em razão dessa distorção, eles ficam muito inibidos, têm vergonha de ir para a escola e de não acompanhar a série. Por isso, sempre conversamos com a escola sobre essa questão, quando tem um trabalho para ser apresentado para a turma, nós os/as preparamos para apresentar o trabalho, de acordo com o que conseguem, montamos o cartaz na cartolina, os/as preparamos antes para que possam apresentar o trabalho, todavia, notamos que têm muita vergonha em relação a isso. Conhecemos a situação de

uma adolescente que manifestou uma crise de ansiedade na hora de apresentar, a equipe foi chamada na escola e quando ela chegou, conversamos, e nos disse que tinha ficado com muita vergonha, se sentiu diferente em relação aos colegas.

Nem todas as instituições possuem um cantinho para a realização das atividades escolares, em uma das casas possui, e esse espaço está sendo organizado para ficar com uma carinha boa, mas em outra casa, foi necessário adaptar o terraço e outros espaços para a realização das atividades, pois com a chegada de novos acolhidos, o quarto que era destinado a realização de atividades foi desativado e transformado em cômodo para que os novos acolhidos dormissem, já que a casa é pequena.

O acompanhamento por mediadores dos projetos LEHIA e DIMPECARCA da UFPB tem contribuído para o melhor desempenho escolar dos acolhidos, inclusive, tem o caso de uma das crianças que hoje não está mais na casa de acolhimento, mas que avançou bastante, pois não sabia ler, e com o apoio da mediadora, em duas semanas, ela já estava conseguindo. Outro caso é de uma acolhida que tinha como se fosse um bloqueio, não conseguia realizar as atividades, mesmo que a gente tentasse auxiliar de várias formas, não conseguia, e depois de se vincular ao projeto, começou a fazer as atividades.

Poucos acolhidos demonstram interesse em concluir os estudos e ingressar no ensino superior, por mais que a gente incentive, estimule e tente mostrar que podem tudo, e que o conhecimento ninguém vai tirar deles, para a maioria, é difícil sonhar. Muitos não se veem na Universidade, ficam em silêncio quando tocamos no assunto, não tiveram esse apoio na família, os pais não tem essa questão da escolaridade, muitos não sabem ler. Presenciamos até

uma situação quando fomos construir a história de vida de um deles, e quando foi perguntado "Como é que você se vê daqui a 5 anos?", a resposta foi: "morto, tia." Por mais que a gente chegue e tente fomentar isso neles, "o que tu queres ser?", é difícil. Teve uma acolhida que disse que queria ser arquiteta, aí nós instigamos "tu tá fazendo o quê pra isso? O que é que tu achas?".

Quando ocorrer uma feira de profissões, seria bom levá-los, para, conhecerem e olharem, fomentando, para ver se conseguem se perceber nesse outro mundo. Buscamos aguçar neles o desejo de querer entrar no ensino superior. No acolhimento, nós começamos a apresentar alguns pontos, se um acolhido terá uma provável perda do poder familiar, mais na frente será ele por ele mesmo, e nós não vamos poder dar suporte depois dos 18 (dezoito) anos. Desse modo, sempre matriculamos em cursos profissionalizantes, jovem aprendiz, estimulamos os estudos para que possam ter um futuro diferente, mas poucos dizem "Eu vou trabalhar e vou me formar", eles não têm esse pensamento. E quando a família não cumpre com o seu papel de cuidar, proteger, e garantir o desenvolvimento dos acolhidos, isso, de certa forma, reflete no desempenho escolar deles.

Entendemos que o desempenho escolar influencia em outras áreas do desenvolvimento da criança e do adolescente, sobretudo, na área profissional. Inclusive, também procuramos mostrar que é fundamental terem, no mínimo, o ensino médio completo para conseguir qualquer emprego. Orientar que além da graduação, você precisa ter uma especialização, sempre buscando instigar, fomentar, para seguirem mais além. Sabemos que não é fácil, que essa história de vida deles contribuiu muito para o desestímulo na escola. Na maioria, os pais, a família, também não

tiveram esse estímulo, não tiveram esse “Vai lá, você consegue!”, “Vai lá, só através da educação que você consegue ser alguma coisa, só através da educação que a gente consegue mudar a realidade da gente”, e parece que eles não tiveram, não escutaram isso.

Por isso, nosso trabalho dentro da instituição é de formiguinha, é como se tivesse todo dia ali, dando uma injeçãozinha, “Você consegue chegar lá... Olha essa nota aqui tu pode melhorar, o que foi que aconteceu? O que foi que faltou?”, “Tu consegue, o que foi que aconteceu? Tu podes melhorar essa nota, vamos lá?”. Então, a gente busca incentivar a leitura, “vamos lá lê?”. Foi até interessante a fala e o modo como as meninas dos projetos da UFPB trouxeram a temática do incentivo à leitura, no sentido de que se o acolhido não tem o hábito de ler, nunca foi estimulado a ler, então vamos começar lendo uma página por dia, aí no outro dia, aumentamos.

É difícil desconstruir situações de 16 anos que foram construídas na vida desses adolescentes, de 15 anos, de 14, de 10 anos que são construídos aos poucos. É muito difícil porque a gente não trabalha só com adolescente, não trabalhamos só com a criança que está institucionalizada, também trabalhamos com os familiares, então, imagina uma mãe ou um pai 30, 40 anos que não foi estimulado a estudar, como será desafiador desconstruir tudo que já foi construído ao longo do tempo.

O desempenho escolar realmente influencia em outras áreas, uma adolescente, com 13 (treze) anos de idade que chegou a falar que tinha medo de não ser ninguém na vida e quando fomos tentar entender em que sentido ela colocava isso, trouxe a questão escolar, dizendo “eu não sei ler, eu não sei escrever”, “eu tenho medo de ficar igual a minha mãe”, “eu acredito que eu não vou conseguir acom-

panhar nunca minha turma na escola, eu era pra tá indo no primeiro ano”. Assim, ela tem essa dimensão e isso estava gerando um bloqueio grande, começou a ter sintomas físicos de febre, de adoecer e a questão de não ir pra escola, era somatizado. Essa aluna é uma dentre as que estão sendo acompanhadas com mediadores e tem obtido um avanço considerável.

Percebemos a mudança no discurso, pois não fala na questão dos sonhos futuros, relata muito o quanto está satisfeita e agora conseguiu até entender o que a professora está falando, em relação a distorção idade/ano, não entendia, antes dizia: “tia, eu não entendo nada que a professora fala”, e agora, entende o que a professora está falando. Já consegue acompanhar porque tem a tarefa diferenciada, a professora envia as tarefas dos anos anteriores, que ela deveria estar acompanhando, e também entrega as tarefas da série atual, porém, da série atual ficava totalmente perdida e tínhamos, às vezes, que soletrar as palavras para ela escrever, e já está conseguindo.

3

COM A FALA, AS ASSISTENTES SOCIAIS

Somos três assistentes sociais que atuam em diferentes Casas de Acolhimento do Município de João Pessoa e com tempo de vivências diferentes que variam de poucos meses a dois anos e meio. Nosso trabalho é articulado com outros profissionais da Instituição, como psicólogo, pedagogo e com a coordenação. Nossa atuação consiste em realizar intervenções com a família extensa, dependendo da situação de cada acolhido/a, como também, encaminhamentos para a rede de saúde e educação, e para momentos de lazer.

Quando uma criança ou um adolescente é encaminhado para a Casa de Acolhimento, deve vir com os seus documentos, inclusive, os escolares que comprovem sua frequência e participação escolar. Quando chegam no acolhimento faltando algum documento, buscamos o contato com algum responsável que pode ser um dos genitores ou alguém da família extensa, e vemos o que se pode resgatar. Se não tiver procuramos a última escola que o/a acolhido/a estudou para solicitar a documentação, e assim poder matriculá-lo/a em uma nova escola. Cada caso é um caso, mas a maioria deles trazem o histórico escolar.

Há casos que o/a acolhido/a é encaminhado inicialmente para a Casa Diagnóstica, onde geralmente passam 30 dias ou até que seja feito estudo e definido a situação, se reintegração familiar ou transferência para uma das Casas de Acolhimento. Dependendo do tempo de permanência nessa Casa o/a acolhido/a é matriculado, contudo, nem

sempre a Casa de Acolhimento para a qual foi transferido/a, consegue mantê-lo, devido à distância, porém, sabemos da importância de manter os vínculos.

Além dos documentos, enfrentamos outros desafios para matriculá-los. Estes ocorrem por conta do período do ano que o novo acolhido chega a Casa, pois, por muitas vezes, chegam no meio ou até no final do ano, e as escolas informam que não possui mais vaga ou já estão concluindo o ano letivo. Nesses casos, recorreremos ao Ministério Público para garantir que estudem.

Sobre vivências de preconceito ou exclusão na escola por estarem no acolhimento são poucos, pois apenas uma de nós teve a experiência de acompanhar acolhidos(as) que sofreram *bullying* de outros colegas da escola. A intervenção adotada foi acompanhar de perto a situação, e fazer com que esse ciclo se quebrasse, pois, esses meninos/as tem o direito de estudar como qualquer outro.

Quando o assunto é reprovação escolar, somos unanimidade nas vivências. A maioria dos/as acolhidos estão fora da faixa etária para o ano escolar indicado. No entanto, durante o tempo que estamos atuando e de conhecimentos anteriores, não houve crianças ou adolescentes reprovados, no decorrer do acolhimento, muito pelo contrário, há aqueles que nunca estudaram e passaram a ter a primeira experiência ao longo do acolhimento, como é o caso de um adolescente de 16 anos que está tendo sua primeira experiência para frequentar à escola.

Há outro aspecto do fracasso escolar que é a negligência dos responsáveis na garantia dos estudos. A desistência ou abandono escolar é um dos reflexos que também estão relacionados com a falta de rotina para estudar em casa, como também comparecer a escola. Além disso, os acolhidos/as são oriundos de uma situação de vulnerabilidade social, pois muitos dirigiam-se para a escola apenas para se alimentar. Por causa dessas questões, encontramos

dificuldade para eles/as se adaptarem a rotina, horário da escola e realização das tarefas, inclusive, muitos se queixam da complexidade. Para fugir da escola, inventam até que estão doentes.

Uma de nós acompanhou um grupo de irmãs que estavam ausentes da escola, a ponto da Diretora não ter conhecimento sobre elas. Procuramos o genitor, genitora, e até mesmo a família extensa, pois o acolhimento não é lugar de criança, é algo excepcional, pois o lugar de criança é em casa com a família. Realizamos o estudo de caso junto com o CRAS, CREAS, Vara da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar para buscar a estrutura e assistência necessária para reintegrar essas crianças, porém, acabaram retornando porque a genitora cometeu as mesmas negligências e o grupo de irmãs continuava sem frequentar a escola.

A questão emocional é outro motivo que fragiliza o aprendizado, pois, os traumas afetam a concentração e a motivação. Uma de nós já ouviu de uma criança: “ah tia, mas eu tenho vergonha, não tô acompanhando, eu sou burra”. Nós sabemos que não é “burrice”, e sim, porque está matriculada no ano que não corresponde ao seu entendimento.

Todo esse sentimento influencia também outras áreas da vida como a área profissional. Por exemplo, uma de nós tinha um adolescente com 17 anos que estava prestes a sair da casa de acolhimento, e era necessário inseri-lo no mercado de trabalho. Apesar das articulações, esse adolescente perdeu muitas oportunidades de emprego, por ter o ensino defasado, pois ainda estava no fundamental, e a maioria das vagas de aprendiz exigia, pelo menos, o fundamental completo ou que já estivesse cursando o ensino médio.

Quanto ao acompanhamento, temos acesso ao boletim escolar, participamos como representantes e estamos

sempre na escola buscando informações a respeito do andamento dos/as acolhidos/as, das notas, do comportamento e do desenvolvimento. No espaço das casas, eles/as recebem apoio pedagógico com a profissional de pedagogia atuante em cada Instituição. Dentro das casas, atualmente, apenas uma não tem um espaço adequado para estudo, pois precisou ser transformado em quarto para melhor acomodar novos acolhidos. É difícil atender a todos por causa do número de acolhidos, mas eles fazem a mediação em grupo ou de dois em dois.

Também temos parceria com a Universidade Federal da Paraíba, através da Prof.^a Quézia com o grupo de mediadores/as do projeto LEHIA. O acompanhamento por mediadores do projeto LEHIA, e DIMPECARCA com a Prof.^a Conceição, tem contribuído para o desempenho escolar dos acolhidos/as, até mesmo, o caso da criança que disse assim "eu sou burra", está sendo acompanhada pelo projeto e pela pedagoga que estão desconstruindo essa ideia que ela tinha, e, evidenciamos que ela tem se desenvolvido mais. Outro caso, é de um trio de irmãos que estavam atrasados e desenvolveram bastante, saíram da casa lendo com a ajuda do projeto.

Uma parte dos acolhidos demonstra interesse, tem sonhos e metas, mas outra parte, não tem a visão de concluir os estudos e ingressar no ensino superior. Estamos nos empenhando para trabalhar isso neles, mas essa falta de interesse está muito na base, pois não tiveram o incentivo dos pais, não frequentavam a escola regularmente e quando a família não cumpre com seu papel na vida da criança e do adolescente, isso pode refletir no desempenho escolar deles, apresentam dificuldades na escola, se sentindo incapazes, burros, e isso influi muito. Desse modo, desenvolvemos o nosso trabalho de formiguinha.

4

COM A FALA, OS/AS PEDAGOGOS/AS

Desempenhamos o trabalho de Pedagogos/as nas Casas de Acolhimento do município de João Pessoa, essa função, até pouco tempo, não existia dentro das casas, por isso alguns têm desenvolvido o trabalho há 6 meses e outros até 1 ano e meio.

A função dos/as pedagogos/as dentro das casas é justamente fazer o acompanhamento escolar, orientar, verificar o rendimento dos/as acolhidos na escola, incentivá-los e matriculá-los em cursos diferenciados, em cursos de línguas, cursos profissionalizantes, verificar a escola mais próxima para matriculá-los. Além disso, montamos uma programação e realizamos o reforço nas questões que eles têm mais dificuldade e os levamos a explorar os conteúdos, pesquisarem, pensarem. Muitos têm problemas de alfabetização e letramento, chegam às casas sem o conhecimento materializado, então, nesses casos, efetuamos uma atenção diferenciada.

Ao chegarem nas Casas, primeiro observamos se há documentos referentes ao ano escolar, em alguns casos há, em outros não, quando isso ocorre, corremos atrás para que seja providenciado, mas, em sua maioria, os/as acolhidos/as chegam com os documentos certos, principalmente, se forem transferidos de uma instituição de acolhimento para outra. Com os documentos em mãos, sempre procu-

ramos uma escola próxima às casas, por questão de logística.

Em relação à matrícula, é unanimidade que temos dificuldades em matriculá-los na escola e, quando não há dificuldade, temos conhecimento de um/a outro/a pedagogo/a que já teve. Às vezes, a escola recusa, diz que não tem vaga, precisamos dialogar, insistir e argumentar para que o/a aluno/a seja matriculado/a, explicamos a situação do acolhimento institucional e, ao final, dá certo. Mas, caso haja a recusa, podemos requerer a vaga através dos meios judiciais cabíveis.

Ainda, somos responsáveis e temos acesso ao boletim escolar dos/as acolhidos/as, participamos das reuniões pedagógicas da própria escola, fazemos esse acompanhamento do rendimento, elaborando um relatório para mandarmos tanto para o Ministério Público, como para a 1ª Vara da Infância.

Quando as crianças e adolescentes estão com dificuldades escolares, dialogamos com a escola para verificar o que pode ser feito para melhorar o rendimento, e quanto a isso, temos o apoio dos mediadores dos projetos LEHIA e DIMPECARCA da UFPB, temos os educadores das casas para auxiliar nas atividades, apesar de haver uma rotatividade grande de educadores, e têm os/as pedagogos/as, que somos nós, e também executamos esse papel de reforço e mediação. É difícil, pois, algumas vezes, tem uma certa recusa dos/as acolhidos/as em relação a estudar, preferem estar na televisão ou no celular, mas insistimos em fazer essa mediação.

Sobre a questão da exclusão ou preconceito com os meninos e as meninas por morarem em casas de acolhimento, nós temos conhecimento que existem diversas situações recentes por parte dos colegas de escola. Quando

isso acontece, nos dirigimos à escola para dialogar, com a/o professor/a, com a gestão, é uma situação de bullying, não se pode rotular a criança ou o adolescente. Com isso, esperamos que a escola realmente se prontifique a ficar atenta a essas questões, identificar e, se realmente existir, dialogar com os/as alunos/as.

À respeito da reprovação na escola antes do acolhimento, temos conhecimento que alguns foram reprovados, outros não, são históricos diversos. E, durante o tempo que atuamos nas casas, não temos o conhecimento de reprovação após o acolhimento, só no curso de línguas que dois/duas acolhidos/as de determinada casa não conseguiram migrar do Módulo I para o Módulo II, entretanto mostramos a importância do curso de inglês para eles futuramente, para o Enem, até mesmo para uma formação profissional. Mas, é como mencionamos anteriormente, alguns chegam às casas com distorção idade/ano, não gostam de ir à escola, não têm esse hábito, ficam apenas matriculados/as, alguns têm até trauma e vergonha de ir à escola, porque quando chegam, não sabem ler, escrever, tentamos dar esse suporte, incentivamos e, quando conseguem, ficam felizes.

Quanto especificamente aos motivos para reprovação, desistência e abandono, podemos citar a desmotivação e a negligência familiar, pois, muitos pais acabam matriculando os acolhidos na escola, mas não acompanham, e a criança deixa de frequentar. Além da questão da situação de rua, em que a mãe e/ou pai também estava em situação de rua, e não existe essa ideia de ir para a escola.

O nível de conhecimento dos acolhidos, em sua maioria, não corresponde ao ano de estudo na escola. Temos o caso de um acolhido de 8 anos que está matriculado no terceiro ano do ensino fundamental, ele foi matriculado em

2020, justamente, quando iniciou a pandemia, então, o acolhido nem chegou a ir para escola, e como tinha a política de não reprovar de jeito nenhum, passou para o segundo ano. Em 2021, fez o segundo ano, quer dizer, está dito que fez, mas na realidade, não fez e passou para o terceiro ano. Em 2022, chegou na casa de acolhimento sem saber de nada e com déficit intelectual, o acolhido está passando por alguns especialistas, mas tem essa dificuldade, apesar de estar em uma idade boa de 8 anos, porém, não consegue acompanhar os demais colegas da turma, por não ter essa experiência anterior.

A partir da nossa experiência, mencionamos como principal desafio de escolarização enfrentado pelos acolhidos a questão da motivação, eles entenderem que hoje você não consegue mais conviver socialmente, se você não for letrado e, no mínimo, alfabetizado, e muitos deles, não tinham essa motivação para frequentar a escola, estudar, almejar um futuro, e quando chega numa casa de acolhimento são de certa forma até obrigado a ter esse convívio da escola, ser matriculado e frequentar uma escola.

Em duas das casas, temos um ambiente específico para a realização das atividades escolares, em uma não. Inclusive, o acompanhamento está sendo realizado por mediadores/as do projeto LEHIA e DIMPECARCA, tem contribuído para o melhor desempenho escolar dos acolhidos, alguns criam um laço forte com os mediadores, conseguimos notar algumas mudanças antes e depois desse acompanhamento, como o caso de um acolhido, em específico, que tinha dificuldade na questão da escrita, e com a atual mediadora, gosta de escrever, gosta de texto e não gostava antes.

Sobre o interesse em concluir os estudos e ingressar no ensino superior, alguns demonstram, outros ficam per-

didados em relação a isso, mas temos tentado construir esse interesse desde cedo, falando sobre o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sobre a Universidade Federal, o Instituto Federal e os cursos técnicos. Conversamos sobre os cursos para caso se identifiquem, temos estimulado, afirmando que é possível, e depende deles mesmos.

Notamos que quando a família não cumpre com o seu papel, verificamos que pode refletir no desempenho escolar da criança e do adolescente. Não temos como substituir o pai, a mãe, o tio, mas, procuramos ser a pessoa com a intenção de mostrar a eles o quanto é importante a educação.

O desempenho escolar influencia em outras áreas do desenvolvimento da criança e do adolescente, a educação é importantíssima, e o desempenho escolar interfere em várias outras áreas como a área acadêmica, profissional, emocional, no convívio familiar, entre outras. Temos o caso de um acolhido que não queria ir mais para a escola porque não sabia ler e escrever, no sétimo ano, ele dizia: "não tia, eu tenho vergonha, não vou mais não, eu não sei ler e nem escrever, a professora me chama pra ir na lousa, eu não vou porque eu não sei", isso afeta demais o emocional. Além disso, sabemos que a escola cumpre vários papéis, frequentamos a escola não somente para aprender a ler e escrever, como também para aprender a conviver socialmente, assim como a questão cultural, intelectual, psicológica, a escola trabalha vários vieses, além da formação padrão.

5

COM A FALA, OS/AS COORDENADORES/AS

Somos três Coordenadores de Casas de Acolhimento distintas em João Pessoa, e atuamos há três, quatro e oito anos, respectivamente. Nosso trabalho consiste em administrar aspectos que envolvem Recursos Humanos: funcionários, horários, frequências, os mantimentos da casa, solicitação de utensílios, as coordenadas com relação a equipe técnica. Às vezes, até atuamos além da nossa função, dentro das casas.

Alguns acolhidos/as chegam às casas com a documentação escolar, outros não. Em geral, quando recebemos uma criança ou um adolescente, verificamos de imediato, a situação escolar, não deixamos que fiquem muitos dias fora de sala de aula, porque a educação é primordial para a formação deles, então, trabalhamos com o pedagogo da casa. Quando são oriundos de outra instituição de acolhimento transferido/a ou quando vem da casa diagnóstica, ingressam com relatório pronto, dizendo a situação, onde estudavam, ou se não estavam estudando. Quando eles vêm direto da família, depois que acolhemos, fazemos essa busca na família, lá no território. Às vezes, a Vara da Infância também traz a criança direto da família, e, na maioria dos casos, quando é o conselho tutelar, vai para a casa diagnóstica, é realizada uma triagem, para depois ser encaminhado às casas. Quando passa pela casa diagnóstica, já

vem com a documentação mais completa, com toda a história deles.

Há casos em que sentimos essa dificuldade em matricular o/a acolhido/a na escola, a própria escola diz que não tem vaga, mas quando você olha no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é garantido que a criança não pode ficar fora da sala de aula. Tivemos uma situação, por exemplo, de um menino que morava em uma cidade do interior, próximo a PB 008, estava matriculado lá, mas foi encaminhado para acolhimento em João Pessoa, não faz sentido ele continuar na mesma escola. Ele vem para cá, então, sendo uma criança, sendo adolescente e ainda institucionalizado, isso deveria ser uma garantia. Quando acontece da escola recusar, é necessário acionar o Juizado e pedir ao juiz uma determinação para levar na escola. E, quando a criança chega à escola, ainda pode ter problemas de comportamento, como foi na semana passada, presenciamos um problema com uma escola, foi necessário nos deslocarmos para conversarmos com a equipe técnica e pedagógica.

Temos uma criança de 10 anos na casa que dá muito trabalho, e a diretora da escola nos ligou, informando que procurássemos outra escola porque a criança estava, ocasionando muitos problemas e maltratando os colegas na sala, desrespeitando os professores e a equipe técnica. Precisamos nos direcionar a escola para perguntar para a diretora onde estava o profissionalismo de uma das professoras. Perguntamos primeiro, se a escola tinha uma equipe completa com psicólogo, psicopedagogo: *“Tem? Pronto, então, é exatamente nesses momentos que eles têm que atuar, certo? Se a menina está sempre com problemas e não está se adequando aquele sistema escolar, então, cabe a vocês, equipe, sentar com ela, procurar saber, criar estraté-*

gias, para que ela se sinta à vontade de ficar nesta escola, mas o que estamos vendo aqui é que quando você nos diz que o ideal seria que trocasse ela de escola, então, vocês estão nos dando um atestado de fracasso, você nos desculpe, mas é assim que eu vejo”.

Ela questionou muito, disse que sempre nos considerou compreensíveis, e naquele momento, não estávamos entendendo. Não é questão de não entender, é porque essa criança não está no acolhimento porque quer, essa criança tem uma família, família desestabilizada, portanto, a cabeça dela está também desestabilizada, junto com a sua família, entende?

Precisamos identificar o que chama atenção dessa criança, o que está acontecendo, por trás de atitudes de indisciplina, sempre ocorre algo que necessita descobrir. Realizamos esse acompanhamento na escola, pois sempre temos acesso aos boletins. Com a chegada dos/as pedagogos/as nas casas de acolhimento, essa função descentralizou um pouco da coordenação, o/a pedagogo/a tem contato diário com a escola, grupos da turma, embora a coordenação também esteja inserida neste diálogo.

Em relação ao apoio escolar dentro das casas, nós temos os/as pedagogos/as que auxiliam muito. Os meninos que chegam nas casas, em sua maioria, estão em situação de fracasso escolar ou tem o conhecimento adquirido abaixo do ano em que estão matriculados, por esse motivo, os/as pedagogos/as, sozinhos, não conseguem dar conta de tudo com excelência, mesmo fazendo escala, porque são muitos/as acolhidos/as, e demanda um trabalho grande, assim, pelo Regimento Interno, quem deveria ajudar nas tarefas eram os/as educadores/as.

Quando chegaram os/as pedagogos/as, foi passado para eles esta função de acompanhamento escolar, e hoje,

temos o apoio dos/as pedagogos/as, bem como dos mediadores dos projetos LEHIA e DIMPECARCA da Universidade Federal da Paraíba que proporcionam um suporte excelente aos meninos. Além dos/as pedagogos/as, ninguém mais contribui nesta atividade.

No que se refere a situações de *bullying* com os/as acolhidos/as na escola por morarem em casas de acolhimento, há algumas situações. Várias vezes precisamos ir na escola dialogar sobre ocorrências desconfortáveis, vexatórias, tristes, com isso a maioria deles tem vergonha de dizer que são de casas de acolhimento. Um exemplo é: já escutamos o próprio porteiro da escola gritar: *“ei, chama os meninos do abrigoooooo!”*, estão rotulando! Sempre dialogamos que as crianças devem ser tratadas iguais às outras na escola.

Quando se trata de reprovação antes do acolhimento, alguns podem ter reprovado, outros não, porque os pais não têm aquela cultura de acompanhar o/a filho/a na alfabetização e seguir nos estudos. Até fazem a matrícula, mas os/as meninos/as não vão à escola, a família não diz *“você vaiiiii”*, entendeu? São muitos assim, relapsos com relação a isso, e também tem a possibilidade da escola reter o aluno, ou encaminhá-lo/a para aprovação. A maioria é encaminhado/a para aprovação, mesmo sem saber ler e escrever. Inclusive, é comum, antes do acolhimento, casos em que eles desistam ou abandonem a escola, às vezes, estão matriculados e o pai e a mãe não levam. Matriculam apenas para receberem o bolsa família, mas o/a filho/a fica na rua, fica à toa, fica de qualquer jeito, não vai para a escola, então, quando vem para casa de acolhimento, no início, ficam com dificuldade para frequentarem a escola, alguns têm dificuldade até para tomar banho.

Durante o acolhimento, estando na casa, não temos conhecimento e nem tampouco situações deles reprova-rem ou ficarem na metade do caminho. Contudo, uma de nós tem conhecimento de desistência durante o acolhimento na casa, temos um acolhido que tem déficit intelectual, está no sétimo ano e tem dificuldades na aprendizagem, ele disse: *“eu não vou mais, eu não vou mais, porque eu não sei fazer aquela tarefa”*, entendeu?

No sétimo ano, a escola não vai se preocupar em colocar uma pessoa para alfabetizar ele, não tem nem base para isso, ele vai continuar passando de ano, seguirá para o 8º ano, para o 9º ano, sem saber de nada, porque a escola passa, mas hoje, ele disse que não vai mais, desistiu mesmo, já faz mais de 15 dias que não foi pra aula, é o primeiro caso de desistência porque, normalmente, a gente segura, se esforça para que continuem, mesmo que seja só na comunidade escolar.

A partir da nossa experiência, apontamos como possíveis motivos para a reprovação, desistência e abandono escolar, a distorção idade-ano. Temos uma acolhida que sente muita vergonha porque ela é bem grandinha e ainda está no quinto ano e os seus colegas de classe são bem menores, então, para ela, é constrangedor, vai pra escola, mas não se sente confortável com essa situação. Temos outro caso isolado em que o acolhido desistiu, ele disse: *“eu não vou, não vou porque não adianta, minha vida vai ser sempre assim”*, ele tem 13 anos, faz o sétimo ano, mas não consegue acompanhar, disse que desistiu mesmo, estamos nos empenhando para ver com a escola, mas já está com mais de 20 dias de faltas. Outro motivo para a reprovação, desistência e abandono, é a falta de incentivo familiar, por falta de estímulo, muitas vezes, eles não têm um direcionamento do que é o estudo, o conhecimento, a sua

importância, porque também os pais na maioria das vezes, não tiveram.

Outro caso, um grupo de irmãs, quando fomos na escola em que eram matriculadas, e a diretora sequer conhecia as meninas, nunca as tinha visto, isto porque a mãe matriculou, mas elas nunca chegaram a frequentar. Outro episódio se refere a uma adolescente de 13 anos, ela não sabia ler, nem escrever. Tinha vergonha que as pessoas soubessem disso, então, se rebelava na hora de ir para a escola, na hora que chamava para participar do projeto, sempre dava um jeito de ficar brava. Como alguns de nós temos formação em pedagogia e psicopedagogia, aos pouquinhos fomos identificando, começamos a dialogar com ela, e constatamos que ela tinha dificuldade de aprendizagem e, por isso, se esquivava. Ela tinha vergonha de não saber ler.

A partir das nossas vivências, indicamos como principal desafio de escolarização, enfrentado pelos/as acolhidos, a questão da alfabetização. Tenho um grupo de quatro irmãs em que a mais velha, cumpria o papel da mãe. A mãe deixava ela sozinha com as irmãs em casa, ela vai fazer 13 anos, mas ainda não sabe ler e escrever, tem evoluído com a ajuda da mediadora, mas chegou na casa em situação de analfabetismo. Foi um desafio para nós. Quando chegou, não queria estudar e dizia: *“eu vou tomar de conta das minhas irmãs”*. Em diálogo, buscamos que ela entendesse que aquele papel não era dela, era de um adulto, depois ela verbalizou que preferia que a mãe dela estudasse e conseguisse se formar, terminar o ensino médio, para conseguir um emprego melhor, mas ela não, não se preocupava com ela. Disse isso várias vezes, que preferia que a mãe estudasse e não ela. No caso desse grupo, as outras duas menores que estão dentro da idade/ano, já estão escrevendo e

lendo, mas ela tem essa dificuldade de alfabetização e falta de concentração.

Em relação a algum ambiente específico para realização das atividades escolares, duas casas possuem uma biblioteca, mas a outra não possui, porque foi preciso desativar o quarto que antes era destinado ao local de estudos para organizar um quarto de dormir, a fim de receber novos/as acolhidos/as. Como a casa é pequena, outros reparamentos estão sendo adaptados, como o terraço e/ou sala, para que os/as meninos/as possam realizar as tarefas pedagógicas.

O suporte dos projetos LEHIA e DIMPECARCA tem contribuído bastante para o melhor desempenho dos/as acolhidos/as, temos adolescentes que têm melhorado com os acompanhamentos, outro dia uma acolhida, que já não se encontra mais na casa, disse assim, *“tia, a senhora acredita que eu aprendi conta de raiz quadrada ou foi adição”* - não lembro, ela disse assim *“a senhora acredita que eu aprendi tia, isso, com a minha mediadora ela me ensinou de um jeito tão fácil que quando o professor falava eu ficava com vontade de chorar porque eu não entendia, mas a tia me ensinou e eu aprendi, bem direitinho!”*. Então, é isso!

Uma parte dos/as acolhidos/as não demonstram interesse em concluir os estudos e ingressar no ensino superior, não dizem nada, observamos os talentos, os dons, temos um acolhido que desenha muito bem, então, colocamos ele em um curso de desenho, para estimular essa habilidade e quem sabe, ele gostar da ideia de ser um design gráfico.

Já outra parte demonstra interesse, alguns falam em ir para o exército, outros cursar medicina, medicina veterinária, engenharia, eles têm os sonhos deles e nós buscamos estimular, incentivar, dizer que eles podem tudo e enfati-

zar que estudem porque sem estudo, ninguém vai a lugar algum. Nossa fala diária é essa. Temos ex-acolhidos que já estão formados e temos acolhidos matriculados no curso de Direito, entre outros casos.

Notamos que quando a família não cumpre com seu papel de cuidar, proteger e garantir o desenvolvimento pleno dos acolhidos/as, isto pode refletir no desempenho escolar da criança/adolescente, muitas famílias não têm a cultura de matricular, levar escola, de subir degraus, a maioria aqui não tem. Quando a família é desestruturada e matrícula a criança para garantir o Bolsa Família, e essa criança chega da escola com as tarefas escolares e ninguém se interessa em ajudar, perguntar se já fez a tarefa, sentar e ensinar, então, essa criança não tem estímulo nenhum. Por isso, quando chega no acolhimento, temos que trabalhar essa questão porque é raro recebermos uma criança ou adolescente que lê e escreve bem, é raro. A maioria deles vem totalmente perdidos em relação à vida escolar.

Não restam dúvidas de que o desempenho escolar influencia em outras áreas do desenvolvimento da criança e adolescente, por exemplo, se a criança entra na sala de aula, onde todas as outras crianças já sabem ler e escrever, ela sente vergonha, se sente diferente e começa a criar situações, briga com colega, briga com professor, começa a ter rejeições com as pessoas da sala, e isso ela traz da escola para casa de acolhimento. Isso só vai aumentando. Quando essa criança ou esse adolescente entenderá que ele, ou ela, tem que ser esforçar para aprender, para não sofrer essa rejeição? É nesse momento que entra os mediadores, os/as pedagogo/as, os/as educadores/as da casa, tem que ser, para fazer essa criança entender que ela não sabe agora, mas amanhã, poderá saber. Estudo é bom para vida de cada um deles.

Considerações finais

Os/as profissionais que trabalham nas Casas de Acolhimento e que cederam tempo para compartilhar sobre as suas percepções em relação ao processo de escolarização das crianças e adolescentes, nos concede o olhar do cotidiano, do movimento da experiência em lidar com situações complexas de sujeitos que advém de situações de vulnerabilidade social.

Estes profissionais necessitam de melhor estrutura e recursos para oportunizar o melhor de seus conhecimentos no processo formativo dos/as acolhidos/as. É essencial uma política pública que possibilite ações intersetoriais, proporcionando concurso para efetivação de trabalho, formação inicial e continuada, parcerias público/privado no fortalecimento das ações e no cuidado com estas crianças e adolescentes que chegam marcadas com a violação de vários direitos.

Enquanto projeto de educação de uma universidade pública, recebemos suas falas como denúncia e anúncio para que as instituições e seus responsáveis assumam o compromisso e garantia no Direito à Educação.

“Dá licença, que eu quero falar!”

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS SOBRE
A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ACOLHIDOS/AS